



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 6885/989/16
Poder EXECUTIVO
Município Santa Bárbara d'Oeste
Entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D OESTE
Período 04/2017
Relator Dr. Robson Marinho
Unidade Fiscalizadora UR-03 UNIDADE REGIONAL DE CAMPINAS
Responsável DENIS EDUARDO ANDIA
Cargo PREFEITO
CPF 139.476.668-88
Período de Gestão 01/01/2013 a *dado não informado*

Em atendimento ao disposto nas Instruções N°2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF15 - Análise da Receita (Execução Orçamentária)

Previsão acumulada	R\$ 511.923.448,00	
Realização acumulada	R\$ 158.172.500,28	
Variação	R\$ -353.750.947,72	-69,1023%

Validade desconhecida

Digitally signed by SAO PAULO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
Date: 2017.06.02 09:07:52 BRT
Reason: Tribunal de Contas do Estado de São Paulo



Da análise do comportamento das receitas, constatamos uma situação desfavorável, uma vez que ficou aquém da meta de arrecadação, demonstrando, portanto, uma tendência ao descumprimento das Metas Fiscais, cabendo ao Ente o seu acompanhamento para eventuais adequações, razão pela qual, deve ser alertado nos termos do artigo 59, §1º, inciso V da Lei Complementar nº 101/00, para observância do disposto no art.9º da Lei supra citada.

2.2 - GF16 - Análise da Despesa (Execução Orçamentária)

Receitas Realizadas :	R\$ 158.172.500,28	
Despesas Liquidadas até o Bimestre	R\$ 148.164.536,08	
Resultado da Execução Orçamentária	R\$ 10.007.964,20	6,3272%

Da análise do comportamento das receitas arrecadadas e despesas liquidadas, observamos uma situação favorável, em virtude da ocorrência de superávit demonstrado.

2.3 - GF20 - Análise do Resultado Primário - LOA Atualizada X Meta da LDO

Resultado Primário Previsto na LOA	R\$ -29.869.171,59	
Resultado Primário do Anexo de Metas da LDO	R\$ -46.481.000,00	
Diferença	R\$ 16.611.828,41	-55,6153%

Diante das alterações orçamentárias, verifica-se que o Resultado Primário Previsto na LOA atualizada supera o resultado consignado no Anexo de Metas da LDO, demonstrando, portanto, compatibilidade com a meta estabelecida.

2.4 - GF22 - RPPS - Previsão X Realização das Receitas Previdenciárias

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.5 - GF23 - RPPS - Análise das Disponibilidades Financeiras do Regime Previdenciário

A análise encontra-se prejudicada uma vez que o Município não possui Regime Próprio de Previdência Social.

2.6 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D OESTE	R\$ 55.542.491,64	R\$ 3.528.464,74
DAE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA BÁRBARA D OESTE	R\$ 6.835.979,42	R\$ 0,00

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D OESTE	R\$ 0,00	R\$ 44.000.031,35	R\$ 0,00
DAE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA BÁRBARA D OESTE	R\$ 0,00	R\$ 5.727.399,78	R\$ 0,00

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D OESTE	R\$ 12.830.750,56	R\$ 2.240.174,47	R\$ 9.845.167,27
DAE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA BÁRBARA D OESTE	R\$ 1.108.579,64	R\$ 0,00	R\$ 1.139.330,81

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.7 - GF27 - Despesas com Pessoal

Visando a um melhor acompanhamento, demonstramos a seguir as informações apuradas nos três quadrimestres imediatamente anteriores, bem como no quadrimestre ora analisado:

Período	Gastos	RCL	% Gasto	% Permitido Legal
4/2016	R\$ 229.298.591,06	R\$ 404.271.522,42	56,7190%	55,4417%
8/2016	R\$ 233.181.127,21	R\$ 431.352.446,99	54,0581%	54,0000%
12/2016	R\$ 232.958.494,77	R\$ 443.095.024,33	52,5753%	54,0000%
4/2017	R\$ 232.229.461,73	R\$ 442.623.533,90	52,4666%	54,0000%

Diante dos elementos apurados acima, verificamos que a despesa total com pessoal não superou o limite previsto no art. 20, inciso III, da Lei Complementar n.º 101, de 04/05/2000, sendo necessária, porém, a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso II, da Lei

supracitada, estando sujeito, ainda, às vedações previstas nos incisos I a V do parágrafo único do art. 22 da Lei já mencionada, haja vista o limite prudencial ter sido também alcançado.

2.8 - GF28 - Dívida Consolidada

Período	RCL	DCL	% Dívida
4/2017	R\$ 442.623.533,90	R\$ 26.906.535,81	6,0789%
12/2016	R\$ 443.095.024,33	R\$ 31.283.086,90	7,0601%

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 120,00% da RCL, demonstrando o cumprimento do disposto no artigo 3º, inciso II, da Resolução nº 40 do Senado Federal, não sendo necessária a emissão de alerta ao Poder em tela, tendo em vista que o percentual apurado acima não ultrapassou aquele previsto no art. 59, § 1º, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.9 - GF29 - Análise das Operações de Crédito (exceto ARO)

RCL	R\$ 442.623.533,90	
Operações de Crédito (exceto ARO)	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal:	R\$ 70.819.765,42	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 16,00% da RCL, demonstrando o cumprimento ao disposto no Inciso I, do artigo 7º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.10 - GF30 - Análise das Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)

Análise prejudicada em virtude da ausência de saldo decorrente de contratação de empréstimo por antecipação da receita orçamentária.

2.11 - GF31 - Análise de Concessão de Garantias

RCL	R\$ 442.623.533,90	
Concessões de Garantias	R\$ 0.00	0,0000%
Limite Legal	R\$ 97.377.177,45	

Da análise do percentual apurado no quadrimestre, observamos que o Município encontra-se devidamente ajustado ao limite de 22,0000% da RCL, demonstrando o

cumprimento do disposto no artigo 9º da Resolução nº 43 do Senado, encontrando-se abaixo do percentual de 90,00% do limite, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

3 - Assunto de Fiscalização: ENSINO

3.1 - AE02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Ensino

Receita Prevista Atualizada	R\$ 316.235.000,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 81.138.000,00
Índice Apurado	25,6575%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 25,0000% na manutenção e desenvolvimento do ensino, exigido no art. 212 da CF.

3.2 - AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 108.923.721,42	
Despesa Empenhada	R\$ 30.648.045,14	28,1372%
Despesa Liquidada	R\$ 22.403.398,78	20,5680%
Despesa Paga	R\$ 20.432.572,44	18,7586%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do disposto no art. 212 da CF, devendo ser alertado quanto às exigências do referido dispositivo legal.

3.3 - AE04 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 108.923.721,42	
Despesa Empenhada	R\$ 30.648.045,14	28,1372%
Despesa Liquidada	R\$ 22.403.398,78	20,5680%
Despesa Paga	R\$ 20.432.572,44	18,7586%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 212 da CF.

3.4 - AE05 - Aplicação de Recursos do FUNDEB

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada	
		R\$	%
R\$ -71.620.655,18	R\$ 21.759.078,49	R\$ 25.303.829,57	116,2909%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 21 da Lei 11.494/07.

3.5 - AE06 - Aplicação de Recursos do FUNDEB na remuneração do Magistério

Saldo Anterior	Receita	Despesa Empenhada Magistério	
		R\$	%
R\$ -71.620.655,18	R\$ 21.759.078,49	R\$ 17.636.628,17	81,0541%

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município apresenta percentual favorável ao atendimento do art. 22 da Lei 11.494/07.

3.6 - AE07 - Aplicação dos Recursos do FUNDEF de Exercícios Anteriores

Saldo Anterior	Aplic. Financ.	Desp Empenhada	Saldo Atual
R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o Município aplicou o saldo remanescente do FUNDEF recebido em exercícios anteriores.

3.7 - AE08 - Repasses Decendiais (Estimado)

O Município não forneceu dados cadastrais suficientes para a identificação das Contas Vinculadas.

4 - Assunto de Fiscalização: SAÚDE

4.1 - AS02 - Planejamento Atualizado de Aplicação em Saúde

Receita Prevista Atualizada	R\$ 316.235.000,00
Despesa Fixada Atualizada	R\$ 96.445.000,00
Índice Apurado	30,4979%

Após as alterações orçamentárias, realizadas até o período, foram mantidas dotações suficientes para atendimento da aplicação do percentual mínimo de 15,0000% nas ações e serviços de saúde, exigido no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.2 - AS03 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Liquidada

Receita	R\$ 108.923.721,42	
Despesa Empenhada	R\$ 45.283.760,51	41,5738%
Despesa Liquidada	R\$ 32.463.499,18	29,8039%
Despesa Paga	R\$ 23.308.116,75	21,3986%

Com base na Despesa Liquidada, o Município apresenta percentual de aplicação favorável ao atendimento do disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

4.3 - AS04 - Aplicação de Recursos Próprios em Saúde com base na Despesa Empenhada

Receita	R\$ 108.923.721,42	
Despesa Empenhada	R\$ 45.283.760,51	41,5738%
Despesa Liquidada	R\$ 32.463.499,18	29,8039%
Despesa Paga	R\$ 23.308.116,75	21,3986%

Com base na Despesa Empenhada, o Município atendeu ao disposto no art. 77, inc. III e §4º, do ADCT da CF.

5 - Assunto de Fiscalização: BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - QUADRIMESTRAL

5.1 - ANÁLISE DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (DADOS ISOLADOS DA PM)

Receitas	Previsão	Realização	AH%	AV%
Receitas Correntes	R\$ 441.612.016,00	R\$ 150.474.332,83	-65,93%	109,28%
Receitas de Capital	R\$ 83.571.500,00	R\$ 1.648.947,04	-98,03%	1,20%
Deduções da Receita	R\$ -42.890.000,00	R\$ -14.429.900,92	-66,36%	-10,48%
Receitas Intraorçamentárias	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0,00%	0,00%
Subtotal das Receitas Orçam.	R\$ 482.293.516,00	R\$ 137.693.378,95	-71,45%	100,00%
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Receitas Orçam.	R\$ 482.293.516,00	R\$ 137.693.378,95		100,00%
		R\$ -344.600.137,05		-71,45%

Despesas	Fixação Final	Execução	AH%	AV%
Despesas Correntes	R\$ 357.304.164,69	R\$ 177.138.291,23	50,42%	90,17%
Despesas de Capital	R\$ 63.791.022,90	R\$ 11.416.847,72	82,10%	5,81%
Reserva de Contingência	R\$ 4.000.000,00			
Despesas Intraorçamentárias	R\$ 2.043.000,00	R\$ 1.567.000,00	23,30%	0,80%
Repasses de duodécimos	R\$ 5.666.666,64	R\$ 5.666.666,64	0,00%	2,88%
(-) Devolução de duodécimos		R\$ 12.092,03		0,01%
Transf. Financeira À Adm. Indireta	R\$ 668.331,81	R\$ 668.331,81	0,00%	0,34%
Subtotal das Despesas	R\$	R\$	54,68%	100,00%

	433.473.186,04	196.445.045,37		
Outros Ajustes		R\$ 0,00		0,00%
Total das Despesas	R\$ 433.473.186,04	R\$ 196.445.045,37		100,00%
Economia Orçamentária			R\$ 237.028.140,67	120,66%
Resultado da Execução Orçamentária			R\$ -58.751.666,42	-42,67%

O Resultado Geral da Execução Orçamentária, apurado com base nos dados enviados pela origem, demonstra que o órgão registrou um déficit no período, correspondendo a -42,67% da receita realizada.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 02/06/2017

Hora da Geração: 09:07:51

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOSE APARECIDO BORDAO ALVES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: UPQL-J5RD-5B3T-31CL



Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino

Período: 04 / 2017

Município: Santa Bárbara d'Oeste

RECEITA DE IMPOSTOS

	Previsão Atualizada	Arrecadação até o Período
Próprios	101.785.000,00	36.877.988,44
Transferências da União	71.150.000,00	21.256.039,56
Transferências do Estado	143.300.000,00	50.789.693,42
Total	316.235.000,00	108.923.721,42
Retenções ao FUNDEB	42.890.000,00	14.429.900,92
Receitas Líquidas	273.345.000,00	94.493.820,50

APLICAÇÃO MÍNIMA CONSTITUCIONAL

	Para o Exercício (Prev. Atualizada)	Até o Período (Arrecadação)
TOTAL (25%)	79.058.750,00	27.230.930,36

DESPESAS PRÓPRIAS EM EDUCAÇÃO

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%

DESPESAS TOTAIS

TOTAL	81.138.000,00	25,66 %	30.648.045,14	28,14 %	22.403.398,78	20,57 %	20.432.572,44	18,76 %
EDUCAÇÃO INFANTIL	19.975.000,00	6,32 %	10.250.608,17	9,41 %	4.806.686,87	4,41 %	4.034.178,72	3,70 %
ENSINO FUNDAMENTAL	18.273.000,00	5,78 %	5.967.536,05	5,48 %	3.166.810,99	2,91 %	1.968.492,80	1,81 %
RETENÇÕES AO FUNDEB	42.890.000,00	13,56 %	14.429.900,92	13,25 %	14.429.900,92	13,25 %	14.429.900,92	13,25 %

DEDUÇÕES

TOTAL			0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %
FUNDEB RETIDO E NÃO APLICADO			0,00	0,00 %	0,00	0,00 %	0,00	0,00 %

DESPESAS LÍQUIDAS

TOTAL			30.648.045,14	28,14 %	22.403.398,78	20,57 %	20.432.572,44	18,76 %
EDUCAÇÃO INFANTIL			10.250.608,17	9,41 %	4.806.686,87	4,41 %	4.034.178,72	3,70 %
ENSINO FUNDAMENTAL			5.967.536,05	5,48 %	3.166.810,99	2,91 %	1.968.492,80	1,81 %
RETENÇÕES AO FUNDEB			14.429.900,92	13,25 %	14.429.900,92	13,25 %	14.429.900,92	13,25 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2016 a Abril/2017

Município: Santa Bárbara d'Oeste

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D OESTE	04/2017
DAE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA BÁRBARA D OESTE	04/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D OESTE	04/2017

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 02/06/2017 09:19



Aplicação com Recursos do FUNDEB

Período: 04 / 2017

Município: Santa Bárbara d'Oeste

RECEITAS DO FUNDEB

	Previsão Atualizada	Arrecadação até o Período
Receitas de Transferências	62.000.000,00	21.759.078,49
Receitas de Aplic. Financeiras	120.000,00	0,00
Total da Receita	62.120.000,00	21.759.078,49

APLICAÇÕES MÍNIMAS OBRIGATÓRIAS

TOTAL	62.120.000,00	21.759.078,49
MAGISTÉRIO (60%)	37.272.000,00	13.055.447,09

RETENÇÕES AO FUNDEB

Prev. Atualizada Para o Exercício	Retido Até o Período
42.890.000,00	14.429.900,92

APURAÇÃO DO RESULTADO DO FUNDEB ATÉ O PERÍODO

Transferências Recebidas	Retenções
21.759.078,49	14.429.900,92
Diferença (Recebido - Retido): (GANHO)	
	7.329.177,57

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB

	Dotação Atualizada (para o Exercício)		Despesa Empenhada (até o Período)		Despesa Liquidada (até o Período)		Despesa Paga (até o Período)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%

DESPESAS TOTAIS

TOTAL	78.592.872,90	126,52 %	25.303.829,57	116,29 %	25.303.829,57	116,29 %	20.114.658,24	92,44 %
MAGISTÉRIO	60.100.000,00	96,75 %	17.636.628,17	81,05 %	17.636.628,17	81,05 %	13.483.797,04	61,97 %
OUTRAS	18.492.872,90	29,77 %	7.667.201,40	35,24 %	7.667.201,40	35,24 %	6.630.861,20	30,47 %

DESPESAS LÍQUIDAS

TOTAL			25.303.829,57	116,29 %	25.303.829,57	116,29 %	20.114.658,24	92,44 %
MAGISTÉRIO			17.636.628,17	81,05 %	17.636.628,17	81,05 %	13.483.797,04	61,97 %
OUTRAS			7.667.201,40	35,24 %	7.667.201,40	35,24 %	6.630.861,20	30,47 %

ANEXO A - Tabela de Competência

Período de análise: Maio/2016 a Abril/2017

Município: Santa Bárbara d'Oeste

Última competência disponível para o período em análise:

Entidade	Competência*
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D OESTE	04/2017
DAE DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA BÁRBARA D OESTE	04/2017
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BÁRBARA D OESTE	04/2017

* Competência: Se refere ao último balancete enviado pelo órgão, referente ao período de análise deste demonstrativo, utilizado para gerar os resultados das análises.

Data de geração: 02/06/2017 09:19



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DIRETORIA GERAL

DIVISÃO DE AUDITORIA ELETRÔNICA



CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOSE APARECIDO BORDAO ALVES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: UPQL-J5RD-5B3T-31CL

Santa Bárbara d'Oeste



CARACTERÍSTICAS GERAIS DO MUNICÍPIO

Município: Santa Bárbara d'Oeste

Faixa de Resultado do IEGM 2016: B

Características

Pertence a	Região Metropolitana de Campinas; Região Administrativa de Campinas; Região de Governo de Campinas
Porte (2016)	Médio
População (2016)	185.487 habitantes
Área territorial	271,030 km ²
Grau de urbanização (2016)	99,22 %
PIB per capita a preços correntes (2014)	R\$ 28.318,79
Receita por habitante (2016)	R\$ 2.475,08
Receita total (2016)	R\$ 459.095.140,23
Despesa total (2016)	R\$ 468.251.035,24
Resultado orçamentário (2016)	R\$ -9.155.895,01

Fonte: SEADE / IBGE / AUDES

IDHM (2010) 0,781

IDHM Educação 0,731

IDHM Longevidade 0,867

Fonte: PNUD

IDEB 2013 6,4

IDEB 2015 6,9

Projeção 2015 6,4

Projeção 2017 6,6

Fonte: INEP

IVS (2010) 0,174

IVS Infraestrutura Urbana 0,130

IVS Capital Humano 0,211

Fonte: IPEA



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DIRETORIA GERAL
DIVISÃO DE AUDITORIA ELETRÔNICA



O IDHM é o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal composto por três dimensões: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo que o valor mais próximo de 1 é o de maior desenvolvimento humano.

O IDHM Educação mede o acesso ao conhecimento e é composto pela escolaridade da população adulta e o fluxo escolar da população jovem. O último estudo divulgado foi o de 2010.

O IDHM Longevidade mede a oportunidade de viver uma vida longa e saudável e é composto pela expectativa de vida ao nascer e mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam, mantidos os padrões de mortalidade.

O IDEB, criado pelo Inep em 2007, é um indicador com uma escala de zero a dez que sintetiza dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: aprovação e média de desempenho dos estudantes em língua portuguesa e matemática. O IDEB é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no Censo Escolar, e médias de desempenho nas avaliações do Inep, do Saeb e da Prova Brasil.

O IVS - Capital Humano envolve dois aspectos que determinam as perspectivas (atuais e futuras) de inclusão social dos indivíduos: saúde e educação.

O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) - Infraestrutura Urbana é o subíndice que contempla a vulnerabilidade da infraestrutura urbana, com a finalidade de avaliar as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas e que impactam significativamente seu bem-estar.

Este índice varia de 0 a 1, em que 0 corresponde à situação ideal, ou desejável, e 1 corresponde à pior situação.

Dados da Educação - Município de Santa Bárbara d'Oeste

Alunos matriculados (2015)	14.091
Gasto em Educação (2015)	R\$ 111.456.031,02
Gasto anual por aluno	R\$ 7.909,73

Alunos matriculados (2015)	14.091
Gasto em Educação (2016)	R\$ 115.686.054,81
Gasto anual por aluno	R\$ 8.209,93

Fonte: Censo Escolar / AUDESP

Dados da Saúde - Município de Santa Bárbara d'Oeste

População (2015)	184.682
Gasto em Saúde (2015)	R\$ 129.492.284,18
Gasto anual por habitante	R\$ 701,16

População (2016)	185.487
Gasto em Saúde (2016)	R\$ 131.695.953,08
Gasto anual por habitante	R\$ 710,00

Fonte: SEADE / AUDESP

Dados da Educação - Média dos 644 municípios

Alunos matriculados (2015)	4.064,9
Gasto em Educação (2015)	R\$ 42.014.257,3
Gasto anual por aluno	R\$ 10.335,7

Alunos matriculados (2015)	4.064,9
Gasto em Educação (2016)	R\$ 44.796.405,7
Gasto anual por aluno	R\$ 11.020,1

Dados da Saúde - Média dos 644 municípios

População (2015)	48.925,9
Gasto em Saúde (2015)	R\$ 37.909.087,6
Gasto anual por habitante	R\$ 774,8

População (2016)	49.323,1
Gasto em Saúde (2016)	R\$ 40.513.520,2
Gasto anual por habitante	R\$ 821,3

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOSE APARECIDO BORDAO ALVES. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link "Validar documento digital" e informe o código do documento: UPQL-15RD-5B3T-31C1



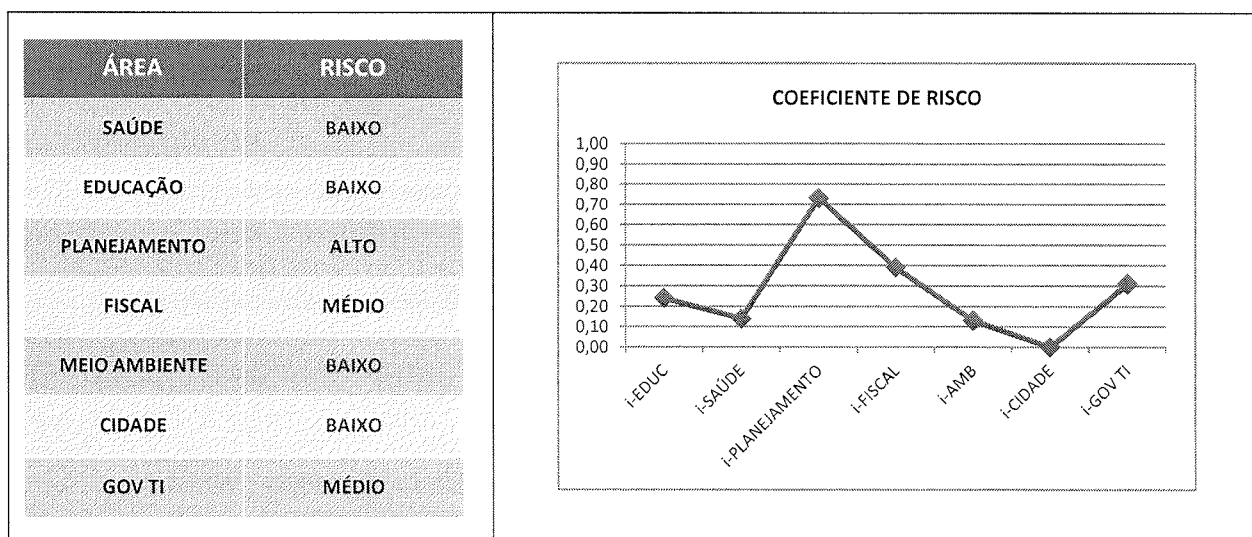
DADOS GERAIS - MATRIZ DE RISCO DE APOIO PARA O PLANEJAMENTO DA FISCALIZAÇÃO

Referência: Santa Bárbara d'Oeste

Faixa de Resultado do IEGM 2016: B

Observamos a seguir as pontuações relativas aos índices temáticos que compuseram a nota final do IEGM/TCESP:

INDICADOR TEMÁTICO	FAIXA DE RESULTADO
I-EDUC	B+
I-SAÚDE	B+
I-PLANEJAMENTO	C
I-FISCAL	B
I-AMB	B+
I-CIDADE	A
I-GOV TI	B



Conclusão

Na análise dos índices temáticos, a matriz de risco gerada indica que os valores classificados como "médio" e "alto" merecem atenção, recomendando-se que a Fiscalização avalie o fato evidenciado, em função da vulnerabilidade apresentada.



INFORMAÇÕES SOBRE CONTROLE DE PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

Apresentamos o volume de procedimentos licitatórios e compras/aquisições diretas, de modo a permitir observar como foram distribuídos os gastos públicos por modalidade.

Matriz de risco de procedimentos licitatórios

Município de Santa Bárbara d'Oeste

Análise quantitativa (2016)

Modalidades	Quantidade de Empenhos	Valor Médio (R\$)	Valor Total (R\$)	%
Pregões:	2396	41.701,43	99.916.620,00	53,45
Concorrências:	50	292.655,40	14.632.770,00	7,83
Tomada de Preços:	28	37.393,97	1.047.031,00	0,56
Convites:	36	29.958,61	1.078.510,00	0,58

Tipologias	Quantidade de Empenhos	Valor Médio (R\$)	Valor Total (R\$)	%
Concursos:	1	47.114,51	47.114,51	0,03
Bolsa Eletrônica de Compras:	0	0,00	0,00	0,00
Dispensas:	6779	9.751,14	66.102.980,00	35,36
Inexigibilidades:	58	12.242,47	710.063,30	0,38
Outros:	54	43.026,81	2.323.448,00	1,24

Total das despesas passíveis de licitação:	R\$ 186.921.100,00
--	--------------------

Maior valor empenhado (dispensas):	R\$ 12.815.450,00
Maior valor empenhado (inexigibilidade):	R\$ 59.018,00
Maior valor empenhado em Outras Despesas (excluindo a folha de pessoal):	R\$ 141.075,70

Conclusão

Considerando a distribuição das despesas pelas modalidades/tipologias do município ora observado, recomenda-se que a Fiscalização aprofunde a avaliação nos casos em que tais valores ultrapassassem o percentual de 20% do total das despesas licitáveis, com atenção especial para os registros em Outros e nas Compras Diretas (dispensas/inexigibilidades).



ANÁLISES ADICIONAIS PARA A FISCALIZAÇÃO

De acordo com as respostas informadas no IEGM, recomenda-se que a Fiscalização verifique in loco os assuntos relacionados abaixo.

Município de Santa Bárbara d'Oeste

i-Educ - Índice Municipal da Educação

Responsável: Matilde Forti Rocha

Atuação do Conselho de Alimentação Escolar - CAE

O município declarou que o Conselho de Alimentação Escolar elaborou atas que permitem atestar as condições físicas/estruturais da cozinha, higienização e acondicionamento dos alimentos, bem como avaliar o cardápio e sua aceitação pelos alunos, considerando itens como quantidade e qualidade, variedade, respeito aos hábitos locais e regionais, adequação ao horário, conservação e manuseio dos alimentos e condições higiênicas dos locais de preparo e serviço. Declarou ainda que o CAE realizou 15 visitas nas escolas de anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano).

Bibliotecas e Salas de Leitura

O município informou que 25 escola(s) possui(possuem) sala(s) de leitura. Sugerimos a aferição das condições das instalações, a existência/presença do bibliotecário (quando aplicável) e o efetivo uso desses espaços.

Bibliotecas e Salas de Leitura

O município informou que possui 1 escola(s) com biblioteca(s). É importante realçar que a definição de biblioteca, segundo os critérios do FUNDEB, exige a presença de um Bibliotecário.

Escolas Adaptadas para Crianças com Deficiências

O município informou que possui 44 escolas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) adaptadas para receber crianças portadoras de necessidades especiais (Rampas e vias de acesso à escola, adaptação de salas de aula, banheiros e áreas de esporte e recreação). Entretanto declarou que apenas 25 escola(s) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) estava(am) funcionando durante o exercício de 2016.

Escolas com Quadra Poliesportiva Coberta

O município informou que possui 13 escola(s) dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano) sem quadra poliesportiva coberta com dimensões mínimas (18mx30m). Assunto abordado na Meta 6 do PNE (estratégia 6.3. "institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas").



Nível Superior dos Professores de Educação Básica

O município informou que nem todos os seus professores da Educação Básica possuem formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam. Declarou ainda que a parte que possui corresponde a 94%. Meta 15 do PNE - 100% dos professores da educação básica com formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam no prazo de 1 ano de vigência do PNE.

Percentual de Escolas em Período Integral - Anos Iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano)

O percentual de escolas do município que oferece educação em período integral nos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano) é de 32%. Meta 6 do PNE é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas da Educação Básica até 2024.

Percentual de Escolas em Período Integral - Pré-escola

O percentual de escolas do município que oferece educação em período integral em pré-escolas é de 25%. Meta 6 do PNE é oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas da Educação Básica até 2024.

Unidades de Ensino com Interrupção de Funcionamento por Problemas de Infraestrutura

O município declarou que em 2016 nenhuma unidade de ensino teve seu funcionamento interrompido ou foi abandonada por problemas de infraestrutura. Recomendamos a averiguação dessa informação.

Unidades de Ensino com Necessidades de Reparos

O município declarou existir(em) 16 unidade(s) de ensino que necessitava(m) de reparos em dezembro de 2016. Recomendamos visitas às unidades escolares com necessidades de reparo.

i-Saúde - Índice Municipal da Saúde

Responsável: NALVA DENISE MARTIM

Agentes Comunitários por 750 habitantes

A Portaria MS nº 648/2006 prevê que o número de agentes comunitários deve ser suficiente para cobrir 100% da população cadastrada, com um máximo de 750 pessoas por agente. O município informou que possui menos de 1 agente comunitário para cada 750 habitantes.

Alvará de Funcionamento da Vigilância Sanitária

O município informou que a menor parte de seus locais de atendimento médico-hospitalar e UBSs possuem alvará de funcionamento da Vigilância Sanitária. A Lei nº 6.437/77 determina que os estabelecimentos da Administração Pública ou por ela instituídos, ficam sujeitos às exigências pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas da legislação sanitária federal.



AVCB nos Locais de Atendimento Médico-Hospitalar e UBSs

Segundo o Decreto Estadual nº 56.819/11, a edificação deve ter condições de segurança contra incêndio. A maior parte dos locais de atendimento médico-hospitalar municipais e UBSs não possui AVCB (Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros).

Reuniões do Conselho Municipal de Saúde

O município informou a existência de Conselho Municipal de Saúde estruturado e atuante, que realizou 8 ou mais reuniões. Recomendamos verificar a documentação gerada pelo Conselho, a fim de aferir sua atuação.

Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus)

O município informou que não tem implantado o Sistema Nacional de Gestão da Assistência Farmacêutica (Hórus). Este sistema permite observar informações acerca do acesso e do uso de medicamentos pela população assistida no SUS e é objeto do indicador 54 da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2013-2015 do Ministério da Saúde, que mede o Percentual de municípios com o Sistema Hórus implantado ou enviando o conjunto de dados por meio do serviço WebService. O indicador mede a evolução da implantação do Sistema Hórus e do envio do conjunto de dados por meio do serviço WebService nos municípios e nas regiões de Saúde. Considera-se município implantado aquele que finaliza as quatro fases de adesão e está utilizando regularmente o Sistema nos estabelecimentos farmacêuticos da Atenção Básica (farmácias da Atenção Básica e centrais de abastecimento farmacêutico) para os processos de gestão da Assistência Farmacêutica na Atenção Básica (aquisição distribuição dispensação).

Visitas Domiciliares de Combate à Dengue

O município informou que realizou 2 ciclo(s) de visita(s) domiciliar(es) para controle da dengue. Outro indicador da Pactuação de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores 2013-2015 é de proporção de imóveis visitados em, pelo menos, quatro ciclos de visitas domiciliares para controle da dengue. O Parâmetro Nacional para Referência para imóveis visitados é, pelo menos, quatro ciclos de visitas domiciliares com 80% ou mais dos imóveis visitados em cada um. O Programa Nacional de Controle da Dengue preconiza visitas domiciliares bimestrais em 100% dos imóveis, ou seja, seis ciclos de visitas anuais.

i-Planejamento - Índice Municipal do Planejamento

Responsável: PAULA FERNANDES MARCHESIN MORI

Alterações Orçamentárias Decorrentes de Remanejamento, Transposição e Transferência

O município informou que as alterações orçamentárias decorrentes de remanejamento, transposição e transferência podem ser realizadas por decreto. Este fato enseja uma apuração detalhada por parte da fiscalização.



i-Fiscal - Índice Municipal da Gestão Fiscal

Responsável: Ana Maria d Brito Lemes

Balancetes Rejeitados

Após apuração diretamente no sistema AUDESCP, constatamos uma quantidade de balancetes rejeitados acima da média, classificando o município neste quesito como ponto de atenção. Tal fato pode ser resultado de um comportamento de tentativa e erro por parte do jurisdicionado, em vez de elaboração consistente dos balancetes a serem enviados para o sistema, inspirando uma inspeção mais detalhada por parte dos agentes de fiscalização.

Repasses para o Regime de Previdência Social

O município informou que os repasses para o regime geral ou regime próprio de previdência social são realizados fora do prazo legal. Este fato enseja uma apuração detalhada do histórico do órgão por parte da fiscalização, analisando se foi questão pontual ou é decorrência de uma prática administrativa que se arrasta ao longo dos anos.

i-AMB - Índice Municipal do Meio Ambiente

Responsável: VERA LUCIA VAZ DA FONSECA

Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos

A prefeitura municipal informou que realiza parcialmente a coleta seletiva de resíduos sólidos, descrevendo o processo de destinação da seguinte maneira: Realiza através de Cooperativas e Contêineres..

i-Cidade - Índice Municipal de Proteção ao Cidadão

Responsável: JOAQUIM PEDRO DOS SANTOS

Identificação de Risco para Intervenções do Poder Público

A prefeitura municipal declarou que possui levantamento para identificação de risco para intervenções do Poder Público. Sugere-se a validação do levantamento, sua estrutura e efetividade.

i-Gov TI - Índice Municipal de Governança de Tecnologia da Informação

Responsável: Ana Maria d Brito Lemes

Arrecadação Tributária Municipal



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DIRETORIA GERAL
DIVISÃO DE AUDITORIA ELETRÔNICA



Sobre a arrecadação tributária municipal, no que diz respeito ao ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza), a prefeitura informou que possui nota fiscal eletrônica (NFE) e os dados de contribuintes estão em sua posse indireta, ou seja, gerenciados ou administrados por empresas terceirizadas.

PDTI Plano Diretor de Tecnologia da Informação

A prefeitura municipal informou que não possui um PDTI Plano Diretor de Tecnologia da Informação que estabeleça diretrizes e metas de atingimento no futuro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA BARBARA D OESTE

Mod. de Licitação	Nr. Licitação	Fonte de Recurso	Cód. Aplicação - Fixo	Elemento	Subelemento	Nome do Credor	Nr. Empenho	Ano Empenho	Histórico / Descrição do Empenho	Dt. Emissão	Vi. Empenho Líquido	Vi. Pago
PREGÃO	000141/2016	01 - TESOURO	310 - SAÚDE - GERAL	33903900 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	33903950 - SERVIÇO MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO E LABORATORIAIS	PSE PRESTACAO DE SERVICOS MEDICOS E NA AREA DE SAUDE S S LTDA EPP	140	2017	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE ATENDIMENTO MÉDICO	02/01/2017	4.646.400,00	1.243.825,00
											4.646.400,00	1.243.825,00